

## Sindsep/MA assume vaga na executiva da Condsef/Fenadsef

Em meio a esse período conturbado para os servidores públicos federais, quando o governo insiste na tentativa de executar o desmonte dos serviços públicos e impor a categoria aumento zero, a equipe responsável pelas negociações ganha o reforço do diretor de comunicação do Sindsep/MA Valter Cezar Figueiredo que passa a fazer parte da executiva da Condsef/Fenadsef.

Valter Cezar já fazia parte da direção na Secretaria de Políticas e Empresas Públicas e por conta de acordo na corrente política irá assumir a executiva até o fim do mandato.

“Como primeiro Adjunto eu já vinha participando ativamente



das negociações dos ACT's com o governo e agora vou ter a responsabilidade de assumir a executiva da nossa Federação e Confederação até o fim do nosso mandato em 2019” explicou Valter Cezar.

A ascensão do diretor do Sindsep/MA à executiva da Condsef/Fenadsef mostra a força e o prestígio do Sindsep/MA no cenário político sindical nacional.

## Golpe joga mais de 63 milhões na inadimplência

O número de brasileiros inadimplentes subiu para 63,29 milhões em maio - 2,78% a mais do que no mesmo mês do ano passado, segundo pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

A região Sudeste lidera o ranking de inadimplentes, com 26,94 milhões de pessoas (41%) da população com contas em atraso, registradas em lista de devedores e, portanto, com restrições a contratação de crédito ou compras a prazo.

Em seguida, aparecem as regiões Nordeste, com 17,45 milhões de negativados (43% da população adulta); o Sul, com 8,15 milhões de inadimplentes (36% da população adulta); Norte, com 5,80 milhões de pessoas (48%); e o Centro-Oeste, com um total de 4,94 milhões de inadimplentes (42% da população).

Os dados, diz o presidente da CUT, Vagner Freitas, contrariam a propaganda do governo ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP) que insiste em afirmar que o Brasil saiu da recessão, ignorando os mais de 13 milhões de brasileiros desempregados, os juros abusivos e a perda de renda real dos últimos anos. “E a quantidade de dívidas se acumulando nas casas dos trabalhadores e trabalhadoras mostram uma realidade bem diferente da propaganda golpista”.

### Dívidas bancárias

A pesquisa do SPC Brasil e da CNDL sobre as contas em atraso mostra um crescimento das dívidas bancárias, que incluem cartão de crédito, cheque especial, empréstimos, financiamentos e seguros, que registrou alta foi de 6,42%.

Também houve alta nas contas atrasadas com empresas

do setor de comunicação, como telefonia, internet e TV por assinatura (5,14%).

### Brasil tem quase 18 milhões de brasileiros na faixa dos 30 anos inadimplentes

O indicador aponta que a maior parte dos inadimplentes tem idade entre 30 e 39 anos (17,9 milhões de consumidores). Na sequência, estão os consumidores de 40 a 49 anos, que somam 14 milhões de inadimplentes; as pessoas de 25 a 29 anos, que juntas formam 7,9 milhões de negativados e, as idades mais avançada (faixa dos 65 a 84 anos de idade), que somam 5,4 milhões de pessoas com contas em atraso. A população mais jovem, que vai de 18 aos 24 anos, formam um contingente de 4,8 milhões de negativados, o que representa 20% dos brasileiros nessa faixa.

Fonte: www.cut.org.br



## Sindicalistas e especialistas defendem aprovação do Estatuto do Trabalho

Sindicalistas, especialistas do direito, pesquisadores e o senador Paulo Paim (PT-RS), relator do Estatuto do Trabalho, defenderam, nesta segunda-feira (11), em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, a aprovação de um novo conjunto de leis que organize o mundo do trabalho.

Denominado Estatuto do Trabalho, a primeira versão do documento foi apresentada como alternativa ao desmonte promovido pela reforma trabalhista do ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP). É unanimidade entre os especialistas que a nova legislação (Lei 13.467/2017), em vigor desde novembro do ano passado, resultou no aumento do desemprego e do trabalho precário, com redução da massa salarial e a volta da miséria em todo o País.

Segundo Paim, a nova lei, que descaracterizou completamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), deveria se chamar "consolidação das leis do empregador" - ou "CLE", já que deixou de atender aos interesses dos trabalhadores. "Daí a necessidade da elaboração de um novo conjunto de regras."

Para ele, o governo elegeu o movimento sindical como "inimigo número um", o que é

"totalmente equivocado", afirmou. "Em qualquer país capitalista do mundo, o movimento sindical é quem faz a negociação, a conciliação, que busca o entendimento", frisou o senador.

Segundo o secretário nacional de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle, além de desregular o mercado de trabalho, a reforma do governo golpista de Temer enfraqueceu os sindicatos na defesa de direitos e nas negociações coletivas. "A reforma dificultou o autofinanciamento dos sindicatos, estabelecendo a autorização expressa de contribuições firmadas em convenções coletivas e retirando das assembleias o fórum de decisão dos trabalhadores", afirmou.

Sobre a contribuição sindical, por exemplo, o estatuto regulamenta a cobrança compulsória da contribuição, de modo a evitar o enfraquecimento dos sindicatos, mas também permite que o empregador possa ir até a entidade representativa da sua categoria para solicitar o cancelamento da cobrança.

Para a presidenta da Comissão de Direito Sindical e Associativo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Denise de Oliveira, a contribuição deve ser compulsória, uma vez que o sindicato representa filiados e não filiados. Ela também afirmou que a atual reforma trabalhista, chamada de "modernização"

pelo governo Temer, não representou avanços de fato. "Achei que modernização tinha mudado de significado."

Diante daquela reforma, modernização passou a significar retrocesso, aviltamento", declarou Denise. Já o estatuto, segundo ela, apresenta "lastro democrático", porque vem sendo construído coletivamente, a partir das críticas e sugestões das entidades envolvidas na elaboração do documento.

Segundo a pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp, Paula Freitas, que participou da elaboração do Estatuto, a proposta busca resgatar o espírito da Constituição na regulação das relações de trabalho, e se baseia no fortalecimento da negociação coletiva, garantindo princípios democráticos e de autonomia no funcionamento dos sindicatos.

Para o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa, a atual legislação trabalhista viola convenções internacionais, e o estatuto é capaz de trazer mais proteção ao trabalhador e equilíbrio nas relações de trabalho.

\*Com informações *Rede Brasil Atual*.